

Bracari na Lusitânia: notas soltas

Recebido: 18 de Novembro de 2024 / Aprovado: 4 de Dezembro de 2024

https://doi.org/10.14195/2182-844X_10_3

Armando Redentor¹

Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Coimbra (CEIS20);
Faculdade de Letras da Universidade e Coimbra

RESUMO

O subtítulo deste artigo aponta que trataremos de três casos isolados, epigraficamente documentados, de deslocamentos de Brácaros na província da Lusitânia. Para cada um dos casos faz-se uma reanálise crítica da informação textual, sendo esta particularmente relevante em duas das inscrições. Em de Santa Maria da Feira, no território dos *Turduli Veteres*, o estudo revisório acarreta novidades no respeitante à epiclese de uma inscrição votiva que se associa à deidade *Bandue/Bandi*. Na conhecida inscrição de *Pax Iulia* (Beja) com referência a um *sodalitium Bracarorum*, avançam-se propostas para os aspetos menos consensuais do texto, trazendo nova luz interpretativa ao mesmo, associável ao culto de Mitra. A reflexão sobre a terceira inscrição, procedente do território dos *Aranditani* e a única de carácter funerário, faz-se apenas quanto ao seu enquadramento.

PALAVRAS-CHAVE

Migrações; *conuentus Scallabitanus*; *conuentus Pacensis*; mitraísmo; religiosidade indígena

ABSTRACT

The subtitle of this paper indicates that we will deal with isolated cases of epigraphically documented displacements of *Bracari* in the province of Lusitania. For each of the cases, a critical reanalysis of the textual information is carried out, which is particularly relevant in two of the inscriptions. In Santa Maria da Feira, in the territory of *Turduli Veteres*, the review study brings new developments regarding the epiclesis of a votive altar associated with the deity *Bandue/Bandi*. In the well-known inscription of *Pax Iulia* (Beja) with reference to a *sodalitium Bracarorum*, proposals are put forward for the less consensual aspects of the text, bringing new interpretative light to it, associable to the cult of Mithras. Reflection on the third inscription, coming from the territory of the *Aranditani* and the only one of funerary nature, is made only in terms of its context.

KEYWORDS

Migrations; *conuentus Scallabitanus*; *conuentus Pacensis*; Mithraism; indigenous religiosity

1 ORCID iD: 0000-0002-6459-3285 ; aredentor@uc.pt

1. Introdução

Em face da notícia da realização do encontro internacional que nos proporcionou a celebração das quatro décadas das *Inscrições Romanas do Conuentus Pacensis* e do seu autor, procurei que a minha intervenção fosse ao encontro do homenageado e da sua obra maior. A aproximação ao referido *conuentus*, ou pelo menos à província em que se integrava, entendida-a desejável e, uma vez que a minha ligação ao homenageado se assoma manifesta na orientação que realizou dos meus projetos de mestrado e doutoramento, resolvi partir do território visado neste último para propor o tema que intitula este texto.

Naturalmente, é à documentação epigráfica que temos de recorrer para poder realizar uma aproximação à temática da presença de *Bracari* na Lusitânia, pois não dispomos de dados doutra natureza para por este caminho avançar. Apesar de o número de epígrafes utilizáveis não ser copioso, elas permitem algumas notas que reputamos de interesse para essa história (fig. 1).

2. Os *Bracari*

Enquanto entidade étnica, os *Bracari* têm diversas alusões nas fontes clássicas, designadamente em Apiano (*Iber.*, 72), Plínio, o Velho (*Nat.* 3, 28 e 4, 112) e Ptolomeu (2, 6, 1 e 38). A mais recuada encontra-se precisamente no contexto da apresentação da campanha de *D. Iunius Brutus* ao Noroeste, em 137 a. C., constante da obra de Apiano (*Iber.*, 72), onde se relata o único episódio bélico transmitido pelas fontes escritas antigas que se relacionou com os *Bracari*. A passagem refere que, aquando do avanço das forças

invasoras por terras norte-durienses, estes, na sua retaguarda, se teriam apropriado de provisões, ameaçando o regresso dos romanos à posição de partida (Tranoy 1981: 126-129). É presumível que o episódio tenha induzido outras sublevações em território galaico de que não se fazem eco as fontes (Redentor 2017, I: 96) e, apesar de a geografia deste acontecimento não estar efetivamente estabelecida, têm-se relacionado com a campanha de *D. Iunius Brutus* alguns acontecimentos documentados no registo arqueológico, como a destruição da Cidade de Terroso, na Póvoa de Varzim, marcada por nível de incêndio, o abandono da parte alta do Coto da Pena, em Caminha, ou a ocultação de alguns tesouros de joias, nomeadamente os de Laúndos e Estela, em Esposende, e os de Afife (?) e Carreço, em Viana do Castelo (Silva 1986: 37-43).



Figura 1. Os *conuentus* jurídicos do Ocidente peninsular e a localização das epígrafes referentes a *Bracari* na Lusitânia: 1, Santa Maria da Feira, Aveiro; 2, Garvão, Monchique, Beja; 3, Beja, Beja (Mapa: Jorge de Alarcão / José Luís Madeira, *apud* Alarcão 2018).

A capital dos Brácaros virá a ser *Bracara Augusta* na sequência da sua fundação *ex nouo* por decisão de Augusto por volta de 15-13 a.C. (Redentor 2017, I: 50, 107-109, 435), pelo que se tem proposto que o lugar central desta etnia possa ter sido outro na fase pré-romana, tendo Alarcão (1992: 64) sugerido especificamente o Castro de Roriz, em Barcelos, e o Castro de São Julião, em Vila Verde, como hipóteses. Entretanto, já se colocou outra, talvez mais verosímil, associando a antiga cabeça dos *Bracari* ao Castro de Briteiros (Rodríguez 2000, 107-108), sendo aceite que a região onde se localiza é identificável com uma parte do território deste povo (Lemos e Cruz 2007: 92; Redentor 2017, I: 362).

Se a sua relação com o *Bracarum oppidum Augusta* de Plínio, o Velho (*Nat.*, 4, 112), que corresponde à sede conventual – a urbe de *Bracara Augusta* – é de aceitação geral, não tem havido unanimidade no respeitante à grandeza e limites do seu território, decerto estendido até à linha do litoral atlântico e por alguns considerado extensível ao Douro (Redentor 2017, I: 78). Pelo menos a informação literária e epigráfica (cf. Redentor 2017, I: 425-426) parece ser consistente com a sua extensão entre o Cávado e o Douro numa franja litoral – que Tranoy (1981: 64) também parece admitir, mas ainda que de modo algo contraditório ao interrogar a possibilidade de os *Callaeci* chegarem ao Porto (*ibidem*: 65-66; também Silva 1986; Silva 2023) – daí decorrendo que *Cale* poderá ter sido um *uicus* junto do principal porto estuarino de *Bracara Augusta* (Redentor 2017, I: 486-496).

3. Entre os *Turduli Veteres*

Pelo Douro fariam os *Bracari* fronteira com os *Turduli Veteres*, também com diversas alusões nas fontes escritas da Antiguidade (*Str.*, 3, 1, 6; 3, 2, 11 e 15; 3, 3, 5; *Plin.*, *Nat.* 3, 8 e 13; 4, 112, 116 e 188; *Mela* 3, 4 e 8, *Liv.* 28, 39; *Flor. Epit.* 1,

33, 11). É concretamente uma das passagens plinianas (*Nat.*, 4, 112) que aponta a sua separação pelo curso daquele rio, sendo que este *populus* ocuparia o território litoral mais setentrional da *prouincia da Lusitania*.

É entre os *Túrdulos Velhos* que encontramos o primeiro testemunho referente a um brácaro deslocado na vizinha província. *Arcius Epeici* diz-se brácaro e é o dedicante de um altar a deidade indígena, ato que indica realizar com satisfação (fig. 2). A dedicatória tem vindo a ser transcrita do seguinte modo: *deo Tueraeo Volenti* (*RAP* 20; *AE* 1954, 96b; *HEp* 11, 647; *HAE*, 992; *ILER* 943; Encarnação 1975: 291-292; Vasconcelos 1913: 612-613).



Figura 2. O altar de Santa Maria da Feira dedicado por *Arcius Epeici*, *Bracarus* (Foto: Armando Redentor).

Na realidade, o aspeto mais discrepante na interpretação desta epígrafe, que se encontra exposta na torre de menagem do castelo de Santa Maria da Feira, tem sido o seu final, como acertadamente ressaltou Encarnação (1975: 292), para o qual tem

vindo a ser sistematicamente proposto o desdobramento *s(acrum) f(ecit)*, optando os editores de *Hispania Epigraphica Online* (nº 16770) por *s(olo) f(ecit)*. Tanto uma, como outra alternativa apresentam inconvenientes: a posição *sacrum* entre o nome do dedicante e a forma verbal na primeira proposta; e a ausência de preposição na segunda. O desdobramento *s(oluit) f(eliciter)* afigurar-se-ia a mais adequado, sendo certo que idêntica fórmula com este mesmo advérbio também já foi por nós considerada, precisamente numa inscrição de *Bracara Augusta* (CECBpo 58). Acresce que a fórmula *soluere feliciter* tem efetivamente larga documentação epigráfica no mundo romano, com larga prevalência no Norte de África (u. g. *AE* 1971, 489; *CIL* VIII, 23032; *AE* 1992, 1777; *AE* 1973, 633; *AE* 1987, 1076). Porém, não estamos seguros que a fórmula de clausura da inscrição fosse essa, parecendo-nos que tal proposta deve ser revista em *s(oluit) l(ibens) m(erito)* com interpontuação entre as siglas, estando o M atualmente amputado da sua metade esquerda (fig. 3).

A investigação tem apontado no sentido de se tratar de uma dedicatória a *Bandue/Bandi*, considerando *Tueraeo* um epíteto da divindade seguido do qualificativo *uolenti*, um adjetivo participial, como avançara Vasconcelos (1913: 613). Todavia, também ao nível do epíteto há motivo para revisão, não se afigurando admissível uma leitura do epíteto principal como *Toiraeo*, conforme equacionou Untermann (1985: 351, nº 26) considerando um outro altar descoberto em Santa Maria da Feira, no qual um indivíduo com *trianomina*, *L. Latrius Blausus*, dedica *Bande Velugo Toiraeo* (*RAP* 19; *AE* 1954, 96a; *HEp* 11, 648). A leitura é, na realidade, *Tueraeco*, avanço que autoriza considerar que visa o mesmo nume. Uma observação atenta permite descortinar que, após o segundo E, se regista um C seguido de O mais pequeno no limite do campo epigráfico (fig. 3). Se já havia sido considerada admissível a identificação de *-oi-* e *-ue-* presentes nos dois epítetos (Pedrero 2001: 553 = *HEp*, 11, 647), agora também se pode dar por segura a formação

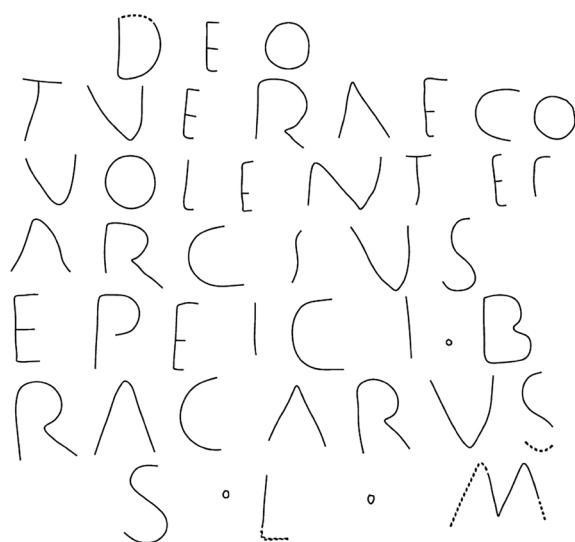
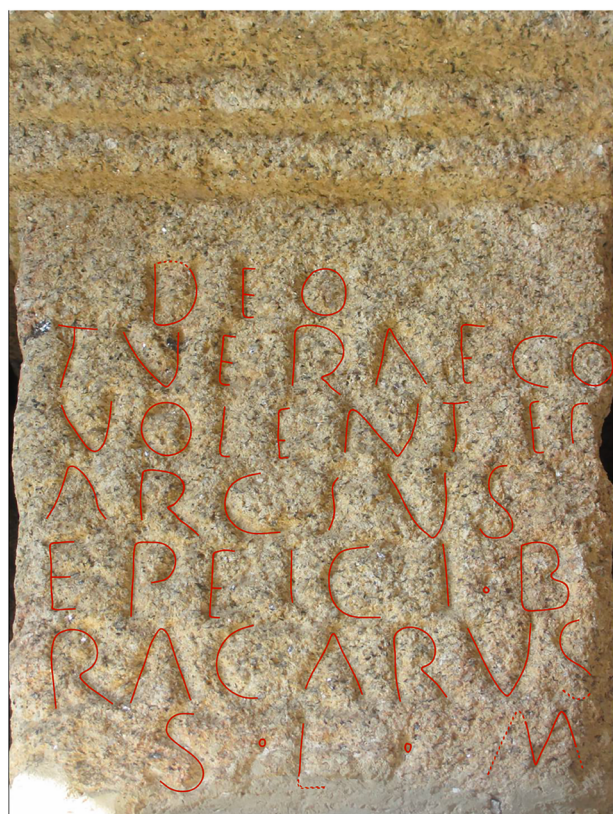


Figura 3. O texto do altar de Santa Maria da Feira dedicado por *Arcius Epeici, Bracarus*, sobre imagem fotográfica do campo epigráfico e isoladamente (Foto: Armando Redentor; desenho do texto: Carla Cruz e Armando Redentor).

sufixal *-aeko* do segundo, à semelhança do que ocorre no primeiro, podendo, afinal, equiparar-se ambos.

A forma da terceira linha consideramo-la corresponder ao advérbio *uolenter*, remetendo, assim, para a ação do dedicante. No final dessa regra há vestígios de letra que se ajusta ao R e o grafema que se tem identificado como I bem pode ser um E, olhando, por exemplo, o da palavra *deo* na linha inicial, em que praticamente não se reconhecem apontamentos das barras, mas que são adivinháveis pelo menos nas extremidades. É certo que a utilização desta forma adverbial se afigura inédita, mas também resulta excecional a sugerida forma adjetival como epíteto.

A revisão que realizámos permite, assim, estabelecer a sua leitura do seguinte modo:

DEO
TVERAECQ
VOLENTER
ARCIVS
EPEICI · B-
RACARVŞ
S(oluit) · L(ibens) · M(erito)

O dedicante é um brácaro de estatuto peregrino que identifica a sua procedência e cujos idionimo e patronímico se inscrevem na onomástica indígena. O patronímico tem inclusive neste texto a sua única documentação (Abascal 1994: 352; Vallejo 2005: 321[ambos identificando erroneamente a proveniência]) contrariamente a *Arcius*, cuja distribuição se estende pelos territórios lusitano e galaico (Abascal 1994: 284; Vallejo 2005: 182-185). A inscrição é possivelmente já do século II, atendendo à substituição do teónimo pelo apelativo *deus* (cf. Redentor 2017, I: 139-140).

Das razões da presença deste brácaro *Arcius Epeici* em território lusitano é difícil perscrutar, mas as motivações económicas são habitualmente as mais presentes. O tópico da atração pela atividade de mineração é corrente e também aqui ele poderia ser invocado, pensando, por exemplo, nas minas gondomarenses de Cabranca e do

Portal, localizadas já a sul do Douro, no NE do território túrdulo, plausivelmente de exploração estatal (Martins 2008: 33, nºs 33 e 34; Redentor 2017, I: 496-511).

4. Entre os *Aranditani*

Bem mais a sul, há registo de um outro *Bracarus*, igualmente de estatuto peregrino, mas de um período cronologicamente mais distante, decerto ainda da primeira centúria. Estaria deslocado em paragens do *oppidum* estipendiário dos *Aranditani* (Plin., *Nat.*, 4, 118), denominado *Arandis* (Ptolomeu, 2, 5, 5) ou *Aranni* (It. 426, 3), localizado a 60 milhas para norte de *Ossonoba*, em localização já setentrional à serra algarvia e a sul da capital conventual, *Pax Iulia*, e a ocidente do território de *Mirtilis* (Bernardes 2017: 405-406). Aí acaba por falecer aos 30 anos, conforme nos informa o seu epitáfio (fig. 4), descoberto em Garvão (Gomes 1984 = *AE* 1984, 458 = *IRCP* 122 = *HEp* 14, 2005, 419 = Búa 2004: 385), local que já se propôs poder corresponder a *Aranni* (Alarcão, 1985: 103-103; 1988: 52; Guerra e Fabião 2010: 481; Ponte 2012), ainda que seja questão difícil e não fechada, pelo que também para Santa Bárbara dos Padrões, em Castro Verde, se vem apontando essa localização (Maia 2000: 22-24; Bernardes 2006).

Mas teria emigrado definitivamente para essa região ou apenas temporariamente por razões profissionais? A resposta não é possível de concretizar com os exíguos dados disponíveis.

Um dos aspetos singulares deste texto é ser o indivíduo identificado não só como brácaro, mas também como procedente de um *castellum Durbede*. A referência ao *castellum* afigura-se íntegra (Guerra 1998: 429), não carecendo de completação como se chegou a especular (cf. Encarnação 1984: 188), sendo de considerar um nominativo *Durbedis*.

Hoje, encontra-se plenamente assumida a relação das indicações de proveniência integrando o C invertido com *castella*. Não obstante, o significado destas referências que surgem nas nomenclaturas individuais não é, porventura, completamente claro.

A organização em *castella* nos tempos iniciais da ocupação romana no Noroeste peninsular pode ter funcionado como forma de enquadramento censual (López Barja de Quiroga 1999; Redentor 2017, I: 412-416). Neste sentido, será de equacionar que talvez a indicação *castello Durbede* não corresponda simplesmente a uma afirmação de origem nortenha, mas possa eventualmente também apontar que, em termos fiscais, este indivíduo continuaria vinculado à sua pátria e, assim, expor tratar-se de uma deslocação temporária. Uma atração motivada pela dinâmica das minas de Aljustrel poderá ser, decerto, razoável explicação (Encarnação 1984: 188), considerando a sua relativa proximidade, mas a realidade é



Figura 4. A estela funerária da Herdade dos Franciscos, Garvão (Foto: José Pereira).

que o contexto de enterramento deste migrante é distinto e parece associar-se a uma *villa* romana (Ponte 2012: 16) localizada na Herdade dos Franciscos ou Monte dos Franciscos, da freguesia de Garvão, a que se associam restos arquitetónicos e escultóricos importantes, para além de diverso espólio cerâmico.

É plausível que a localização do *castellum* donde provém *Ladronus Douai* fosse na parte mais oriental do território dos *Bracari*, atentando na ocorrência de uma dedicatória *deo Durbedico* (CIL II 5563 = CECBpo 17) em Ronfe, Guimarães, e considerando-se o epíteto como derivado toponímico com recurso a formação sufixal **iko* (Guerra 1998: 429-430). Alarcão (2004: 204) propõe situar o *castellum Durbedis* num ponto não afastado do local de aparecimento desta inscrição, sugerindo, inclusivamente, o monte de São Miguel-o-Anjo, no termo de Oleiros, antiga freguesia de Vermil, imediatamente a norte de Ronfe.

O suporte deste epitáfio é uma estela de xisto de feição algo rude, tendo no seu centro um campo verticalizado, tendencialmente retangular e irregularmente rebaixado, com uma linha a defini-lo na parte superior. O epitáfio é extremamente simples e enquadrável, pela sua estrutura, no século I:

LADRONV[S]
DOVAI · BRA[CA]-
RVS · CASTEL[LO]
DVRBEDE · IC (!)
SITVS · ES(t) · AN(n)O-
RVM XXX (triginta)
[S(it) ·] T(ibi) [·] T(erra) · L(euis) ·

O memorial apenas inclui a identificação do defunto, de estatuto peregrino, associada à indicação de proveniência, acrescida da idade de falecimento e de duas fórmulas finais. É, todavia, inusitada a indicação da idade de falecimento entre ambas as fórmulas, aspeto que conjuntamente com outros relacionados com a falta de correção ortográfica – *ic* por *hic* e *anorum* por

annorum – denuncia um frágil domínio da comunicação epigráfica.

5. Em *Pax Iulia*

Temos por seguro que os dois casos anteriormente apresentados não esgotam o fluxo de deslocções que se fizeram para a Lusitânia. Elas terão sido, decerto, mais intensas e sabemos que, pelo menos no século II, se encontraria constituída uma comunidade de *Bracar* na capital conventual a ponto de se ter formado um *sodalicium* de indivíduos com essa proveniência.

Esta informação deriva de uma inscrição gravada numa placa marmórea moldurada (AE 1956, 254; HAE 2695; ILER 281 e 282; IRCP 339; AE 1984, 465; RAP 463; AE 2018, 793), bastante mal conservada (fig. 5) – devido aos *tratos sofridos*, escreveu Abel Viana (1944: 357) – que se encontra no Museu Rainha Dona Leonor, em Beja, e cujo achado, para o qual não há grande informação, parece relacionar-se com a própria capital conventual, segundo comunicação de Abel Viana a Scarlat Lambrino (1953: 98).

O termo *sodalicium* designa na Antiguidade uma corporação, que podia revestir caráter público ou privado (Diosono 2007: 5-8). Este tipo de vida associativa congrega indivíduos submetidos a princípios e regras comuns por pertencerem a uma mesma entidade que pode também ser nomeada por *collegium* (Dig. 47.22.3.2) ou por *corpus* (Dig. 47.22.4), entre outras designações (cf. Waltzing 1900: 236-242). A sua difusão nos tempos imperiais abarca todas as regiões e comunidades, ainda que diversas quanto ao seu estatuto, incluindo as peregrinas, e podiam as corporações igualmente englobar indivíduos de diferentes estatutos jurídicos (Diosono 2007, 9-23). A natureza destas entidades associativas é hoje percecionada como bastante complexa e plurifuncional (Verboven 2012: 13-62), mas sabemos que terão tido um papel importante na criação de laços de solidariedade entre indivíduos

os deslocados. Na *Lusitania* as referências a *sodalicia* e/ou a *sodales* são pouco numerosas, mas não deixam de documentar o fenómeno.



Figura 5. Modelo fotogramétrico da placa com referência ao *sodalicium Bracarorum* de Pax Iulia, Beja (Modelo 3d e foto: João Barreira / Museu Rainha Dona Leonor).

A inscrição de Beja é a única com referência explícita a *collegia*, esse *sodaliciu(m) Bracarorum*. Porém, são ligeiramente mais numerosos os registos epigráficos de *sodales*, especialmente no âmbito funerário: em Abertura/*Turgalium*, uma referência a *[soda]lis et frater* (HEp 2012, 164); em Oliva de Plasencia/*Capera*, uma dedicatória especificando que *Caecilius / Vetto so/dali cip/pum / d(e) s(uo) f(ecit)* (CIL II 823 = CILCC III, 1025); em Fornos de Algodres, o testemunho de um indivíduo, *Parates Arcon(is?)*, que levanta o monumento funerário *sodali suo* (FE 879). A faceta funerária parece ter estado correntemente implicada na vida dos *collegia* e sem que isso represente uma relação direta com necessidades económicas ou a imposição aos seus membros de receber sepultura providenciada por essas entidades, sendo esta situação seguramente mais corrente para aqueles sem familiares diretos (Verboven 2012: 12-20; Riu 2013: 364-366).

Em Santiago do Cacém/*Mirobriga*, faz-se alusão a um *magister* (IRCP 146) e em Cascais, a dois *magistri* (FE 24) que, considerando o caráter votivo das dedicatórias, podem eventualmente remeter para *sodalicia*, embora tal não se possa asseverar.

Refira-se, ainda, que, em *Augusta Emerita*, duas inscrições honoríficas visam individualidades de estatuto senatorial cujo *cursus honorum* inclui a passagem por *sodalicia* relacionados com o culto imperial: *L. Roscius L. f. Quir. Aelianus Maecius Celer Manlius Postumus Mamilianus Vergilius Staberianus* foi *Imp. Hadriani Aug. sodalis Augustalis* (EE VIII 302); e um ---] *Saelianus Rufus Iulianus*, foi *sodalis Flauialis Titialis* (AE 1952, 115 = AE 1956, 135).

O texto pacense, apesar dos danos, aponta, de acordo com as interpretações que reúnem mais anuição na atualidade, para a intervenção do referido *sodalitium Bracarorum* na oferta de algo edificado – um *studium* (?) – e do seu *magister* na dádiva de uma cratera e algo mais – *titulus* (?) –, tudo dedicado a uma divindade invencível – Sol ou Mitra – e misteriosa.

As leituras mais estruturadas e discutidas estabeleceram-se, em simultaneidade temporal, pela mão de Jonathan Edmondson (1984) e de José d'Encarnação (1984 = IRCP 339), com as transcrições seguintes, ainda assim discrepantes no início e no final do texto:

[S(oli)] DEO INVICTO / SODALICIV(m) BRACA/RORVM ST[V]DIVM SVA IN/PENSA FECER[V]NT CVM I? / CRATERA TI[TVLVM] DONA/VIT MESSIV[S M(arci) L(ibertus) ARTE]MIDO/RVS MAGIS[T]IER [D(e)] S(uo uel - ua) FE(cit) uel P(osit uel - ecunia).

e

[M(ithrae)?] DEO INVICTO / SODALICIV(m) BRACA/RORVM STVDIVM SVA IN/PENSA (!) FECERVNT CVM / CRATERA TI[TVLVM?] DONA/VIT MESSIV[S M(arci) L(ibertus)? ARTE]MIDO/RVS MAGISTER · [C(oloniae)? P(acis)?] I(uliae)?].

A mais recente proposta revisória, assente numa perspetiva crítica suportada pelo uso de imagens tratadas com filtros digitais, deve-se a uma equipa pluridisciplinar, incluindo o segundo daqueles investigadores (Encarnação *et al.* 2018) e afina a sua proposição inicial, desde logo abandonando a ideia de ligação do *magister* à colónia pacense que havia sido, entretanto, descartada (cf. RAP 463):

[M(ithrae)?] ∅ DEO . INVICTO / SODALICIV(m) BRACA/RORVM ST[V]DIVM . SVA . IN/PENSA (!) . FECE[RV]NT . CVM ∅ / CRATERA TI[TV]LVM DONA/VIT MESSIV[S] M(arci)? [L(ibertus)]? [ARTE]MIDO/[RVS] MAGIS[T]IER ∅ [D(e)] ∅ S(uo) ∅ FE(cit) ∅.

É, assim, uma inscrição que tem sido objeto de reflexões variadas por, desde logo, o seu estado de conservação não vir permitindo uma leitura cabal. cremos, contudo, que é viável ainda achegar algo que se revele de interesse para o entendimento mais completo deste interessante suporte epigráfico. Nesta última abordagem que citámos, elencaram-se precisamente os aspetos que não oferecem contestação e os que permaneciam dúbios (Encarnação *et al.* 2018: 29-30): um destes é, desde logo, o início da epígrafe, mas a hipótese *M(ithrae)* seguida de *hedera* é a mais plausível do ponto de vista da *ordinatio*, não deixando de ter algum apoio epigráfico, embora parco, pois parece vislumbrar-se um resquício junto à linha de fratura da peça no canto superior esquerdo que pode ser associado ao traçado da letra M. Resulta esta convicção do facto de termos procedido a um reestudo da inscrição, utilizando não só registos fotográficos convencionais, mas também as imagens trabalhadas com filtros mais recentemente publicadas (Encarnação *et al.* 2018), que reforçámos através uma análise micromorfológica sobre um modelo fotogramétrico com base na aplicação de filtros laplacianos de suavização de superfícies 3D (fig. 6 e 7). O reestudo detalhado permitiu-nos equacionar alternativas de leitura:

M(ithrae) ∅ DEO INVICTO
SODALICIV(m) BRACA-
RORVM SPELEVM · SVA · IN-
PENSA (!) · FECERVNT · CVM ∅
CRATERA THYISÇA(m) ∅ DONA-
VIT MESSIVS M(arci) L(ibertus) ARTEMIDO-
RVS MAGISTER ∅ D(e) ∅ S(ua) ∅ PE(cunia) ∅

Apesar de não ser *Mithra deus inuictus* a ordem corrente de apresentação da divindade na esmagadora maioria dos registos conhecidos, nos quais os qualificativos precedem o teónimo, há possível caso em *Aquincum* (Budapeste) que pode corroborar o caso pacense: *M(ithrae?) I(nuicto?) / Teo* (TitAq-01, 266; AE 1969-70, 475), estando *teo* por *deo* por influência do grego *theos*. Podemos ainda acrescentar outros

casos em que o qualificativo *inuictus* se posiciona após o teónimo: em *Dertona* (Torona), na Ligúria, [*D(eo)*] *S(oli)* *M(itbrae)* *I(nuicto)* (*CIL* V 7362); em Toschling, no *Noricum*, *D(eo)* *O(mnipotenti)* *M(itbrae)* / [*I*] *nuicto* (*CIL* III 4771 = *CIL* III 11496); e possivelmente em *Salona* (Solin), na Dalmácia, *Deo* *M[itbrae Inuicto (?)]* (*CIL* III 8687).

A incerteza tem sido também extensível ao objeto das dádivas do *sodalicium* e do seu *magister*, neste último caso apenas em parte. Em primeiro lugar, o que é efetivamente oferecido pelo *sodalicium*? Tem-se proposto tratar-se de uma sala (possivelmente de leitura) pela transcrição *studium* (Edmondson 1984; Encarnação 1984). Não obstante, resulta a designação inusitada no âmbito das nomenclaturas dos espaços mitraicos e a consideração de local com funções de estudo/leitura é algo também, à partida, desconhecido. Não seria, assim, uma divisão do próprio mitreu, mas quiçá uma sala anexa de depósito ou apoio, ainda que a designação seja algo inusitada, sendo que Edmondson (1984: 79), promotor da proposta, a considera designativa de um espaço de encontro do próprio *sodalicium*.

Cremos existirem resquícios de gravação suficientes para ancorar a proposta *speleum*, que pode precisamente significar cripta destinada ao culto mitraico, utilizando-se para designar o templo considerado como antro, natural ou artificial

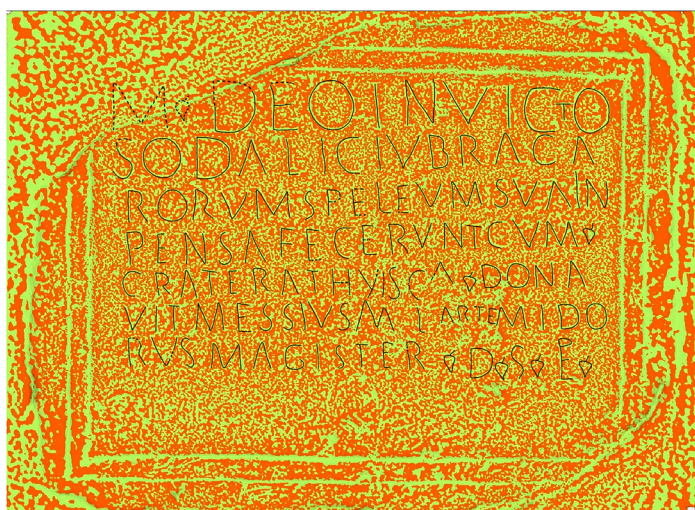
(Bricault e Roy 2021: 205-208). Afigura-se-nos, inclusive, que o que tem sido interpretado como *I* (na proposta *studium*) poderá não resultar da gravação original, mas de um dano, pois tem prolongamento para cima da linha.

Esta leitura, como viemos a constatar, foi já sugerida por Carmen Castillo (1988: 132), em recensão às *IRCP*, considerando as dificuldades de sustentar a interpretação de *studium* como estrutura edificada. Cremos deveras mais ajustado que a associação de Brácaros tenha criado um lugar de culto ao deus, sendo até plausível que o *mithraeum* tivesse estado integrado no próprio edifício do *sodalicium* promotor, como sabemos poder acontecer pelo exemplo do *mithraeum* de *Fructuosus*, em Óstia (*CIMRM* 228), da época severiana e associado ao colégio dos *stuppatores* (Bricault e Roy 2021: 194-195), isto é, dos profissionais ligados a uma série de atividades nas quais a estopa é fundamental (Hermansen 1982). Aliás, também Scarlat Lambrino (1953: 98-100) já havia sugerido a existência de um *mithraeum* na sequência de considerar a inscrição dedicada a Mitra, ainda que propusesse a leitura SPELDIVM para o passo em questão, uma forma insólita e sem paralelo algum.

E o que dedica/oferece ao deus invicto o *magister* da associação na mesmíssima altura da criação do *speleum*? Estamos convencidos que dois objetos com importância. Foi justamente escla-



Figura 6. O texto da placa com referência ao *sodalicium Bracarorum* de *Pax Iulia*, Beja, sobre imagem fotográfica com filtro de texturas co-ocurrence e composição de falsa cor, em vermelho. (Foto: Aroa Gutiérrez Alonso, *apud* Encarnação *et al.* 2018; desenho do texto: Carla Cruz e Armando Redentor).



M DEO INVIGO
SODALICIVBRACA
RORVMSPELEVMSVAIN
PENSAFECERVNTCVMB
CRATERATHYSCADONN
VITMESSIVSM L ARTEMIDO
RVSMAGISTER DSS E

Figura 7. O texto da placa com referência ao *sodalitium Bracarorum* de *Pax Iulia*, Beja, sobre imagem da análise micromorfológica do modelo fotogramétrico (Modelo 3D: João Barreira; análise microforfológica: Paulo Bernardes; desenho do texto: Carla Cruz e Armando Redentor).

recido por J. Edmondson (1984) que esta designação funcional de *magister* não remeterá neste contexto para a hierarquia mitraica, mas para a referente aos *collegia*, pelo que seria ele, *Messius M. l. Artemidorus*, o responsável pelo *sodalitium* no momento, aspeto que está perfeitamente de acordo com o conhecimento existente acerca da organização e gestão interna destas associações, em que as magistraturas são cargos eletivos e anuais, ainda que com possibilidade de reeleição (Diosono 2012: 69). Também por este motivo, ademais de despropositada ao nível das nomenclaturas pessoais, não se afigura credível a proposta de considerar este indivíduo um *Mithrae Leo* aventada por J. Alvar (1994: 283-284, n. 4) numa sugestão menos convincente de desdobramento das siglas encaixadas entre os *duo nomina* da estrutura onomástica, que aliás já não sustenta (Alvar 2019: 127). A sugestão de a sua nomenclatura incluir a *libertinatio* é muitíssimo mais aceitável, e com respaldo nos elementos vestigiais da inscrição conservados, sendo inclusive comum que sejam libertos ou seus descendentes a assumir a gestão das corporações, posição que procuram como desiderato de promoção social (Diosono 2012: 69).

O gentílico *Messius* não se encontra até ao presente documentado na epigrafia da área braca-

raugustana, com exceção de referências miliárias ao governador da *Hispania citerior* *C. Messius Q. Decius Valerianus*, pelo que Edmondson (1984: 82-83) propôs, em face de outras atestações do *nomen* na região pacense, a chegada a *Pax Iulia* do *magister* enquanto escravo, o que é uma possibilidade em face dos conhecimentos atuais, mas não excludente de outras.

A nossa proposta é que ambas as ofertas realizadas pelo *magister* se enquadrem no âmbito dos objetos rituais, como acontece com a cratera que indubitavelmente se refere na inscrição.

Um dos aspetos importantes do dispositivo ritual no culto de Mitra é a polissensorialidade visual, auditiva, olfativa, gustativa e tátil (Bricault e Roy 2021: 440). Dos *mithraea* escavados, para além de crateras e de louça de mesa associáveis aos banquetes (Bricault e Roy 2021: 409-440; Clauss 2000: 115-120; 2013), têm sido resgatados sinetas e fragmentos de vasos cuja finalidade é exatamente a de servirem para iluminação, para perfumes e para queima de incenso (*turibula*). O próprio fogo terá revestido um carácter essencial nessa polissensorialidade (cor da chama, crepitação, odor), também associado à oferta de incenso queimado em altares (Bricault e Roy 2021: 440-452; Clauss 2000: 120-130; 2013).

Cremos que a par da cratera, peça importante no ritual do banquete e praticamente omnipresente nas manifestações escultóricas destas cenas mitraicas, destinado ao sangue do touro (representado pelo vinho), nas quais o rito se liga ao mito da divindade (Clauss 2000: 108-113), terá conjuntamente sido oferecido um incensário – outro recipiente, mas destinado à queima de incenso – de acordo com os resquícios de letras detetáveis, identificado como *thyisca*, uma das designações para estes objetos, embora não tenha sido reconhecida, até ao presente, noutro registo epigráfico. A palavra vem do grego θυῖσκη, *thyískē*, “incensário” e, na inscrição, a palavra surge (em acusativo) gravada sem o M final, tal como acontece com *sodaliciu(m)* na segunda linha. A datação da inscrição tem sido colocada na segunda metade do século II (Lambrino 1953: 100; Edmondson 1984; Encarnação 1984), o que joga bem com um registo aparentemente mais tardio desta palavra, ainda que não se possam excluir usos efetivos mais precoces (Souter 1949).

A cratera seria, quiçá, uma peça de luxo decorada eventualmente com a serpente de acordo com registos iconográficos e arqueológicos conhecidos no mundo romano (*u. g.* Clauss 2000: 119; 2013: 257-258). Aceitando-se a novel leitura, não temos como caracterizar o incensário, mas poderia ter sido igualmente uma peça cerâmica, encontrando-se arqueologicamente documentados diversos tipos (cf. Clauss 2000: 127-128).

O baixo-relevo mitraico de Troia (CIMRM 798; Alvar 2019: 124-126, nº 1.02.01.01), correspondente a um tríptico, ou a um díptico, em mármore do anticlinal de Estremoz (Limão 2024: 386-389 e 392-394) e atribuível ao século II (Alvar 2019: 125; Bricault e Roy 2021: 415), é um dos conhecidos no mundo romano, mas verdadeiramente excecional no Ocidente provincial. Tem representação, no painel que se encontra completo (fig. 8), do banquete ritual protagonizado por Sol (radiado) e Mitra (com barrete frígio), apresentando a figuração de uma cratera



Figura 8. Baixo-relevo mitraico de Troia (Foto: José Paulo Ruas (2022). ADF/DGPC, *apud* Limão 2024).

em primeiro plano, no centro da composição, com serpente enrolada que mergulha a cabeça no seu interior; à direita, um dadóforo (*Cautopates*) segura um jarro (*urceus*) que parece querer despejar na cratera e uma tocha acesa invertida; à esquerda, o outro dadóforo (*Cautes*) tem pousada a tocha acesa no chão e segura dois objetos. Estes têm sido descritos como jarros ou vasos (Gonçalves 2007: 356), mas já se aludiu especificamente a um *rhyton* para o da mão esquerda, decerto pelo paralelo do relevo de Fiano Romano (CIMRM 641), no qual se decifra *Cautes* a oferecer ao Sol um desses recipientes em forma de chifre (Francisco 1989, 43-45; Bricault e Roy 2021: 413-416). Deve, porém, atentar-se em que, no relevo lusitano, tanto Sol como Mitra já seguram os respetivos *rytha*. A mais recente sugestão interpretativa equaciona uma pátera em alternativa a um *rhyton* e um pedaço de pão na mão direita (Limão 2024: 384). O plano superior do objeto da mão esquerda coaduna-se mal quer com um *rhyton*, que, assim, seria de maior tamanho que os empunhados pelas divindades e não evidenciaria formato corniforme, quer com uma pátera, olhando, desde logo, à sua profundidade. Porém, nas mãos deste *dadophoros* talvez possamos ver precisamente um incensário redondo na sinistra e uma caixa ou copo, ou mesmo um punhado de incenso em grão, pousado na direita, pois a configuração algo cônica não parece coadunar-se com a de uma vasilha. Os *dadophoroi*, com

vestimenta oriental, são amiúde representados a desempenhar funções de serventia como aqui se ilustra.

Resta indagar que associação é esta que reúne os *Bracari* presentes em *Pax Iulia* e possivelmente no seu entorno. Tratar-se-á, decerto, de uma associação privada. A propósito de uma inscrição de Roma (*CIL* VI 3728) associada ao *forum suarium* considerou-se que a designação *sodalitium* em vez de *collegium* pudesse relacionar-se com uma pertença profissional comum e talvez com a origem servil dos associados (Bricault e Roy 2021: 291-292). Não seria impossível que o *sodalitium* tivesse sido fundado com específica finalidade religiosa, mas a sua designação pelo coletivo étnico apontará mais para um colégio de apoio mútuo aos deslocados e não necessariamente todos pelas mesmas razões, em que as profissionais ou ocupacionais teriam primazia.

A interrogação que se nos coloca, à semelhança de outros investigadores que têm refletido sobre a inscrição, é precisamente sobre os motivos de atração de indivíduos de procedência brácara para *Pax*. Tem-se posto o foco no setor mineiro, dada a proximidade das minas de Vipasca (Dias 1981: 36; Edmondson 1984: 76; Encarnação 2019: 29). Inclusive, Manuela Alves Dias (1981: 36) relacionou especificamente o surto de enriquecimento com a legislação mineira que nesta área concreta permitiu, a partir de Adriano, o arrendamento de poços a particulares e o subarrendamento. Independentemente do impacto deste aspeto particular, é seguro que a exploração mineira terá sempre gerado condições especiais de atratividade (v. g. Redentor 2010), não sendo distinto o cenário da região. Todavia, não devemos perder de vista outros sectores económicos que possam ter estado na mira dos interesses destes brácaros, nomeadamente os comerciais.

Reportando-nos à atividade económica associada à capital conventual brácara, torna-se possível verificar, com base no registo arqueológico, alguns aspetos particulares da atividade produtiva e comercial com ela relacionada (Morais 2005).

Importa, não obstante, procurar especialmente acerca dos eventuais fluxos comerciais que a liguem ao sul da Lusitânia. O estudo anfórico da cidade revela uma relação intensa com a Bética desde o século I, atendendo à destacada quantidade de ânforas Haltern 70 com essa proveniência. As ânforas lusitanas identificadas nos contextos bracaraugustanos são piscícolas (Dressel 14, Almagro 51C, Almagro 50/Keay XXII e possivelmente Dressel 7-11, apontando para uma permanência de abastecimento entre o período augustano-tiberiano e o Baixo Império (Morais 2005: 109).

Em face destes dados, não colocamos de parte que os interesses dos indivíduos congregados no *sodalitium* de *Pax* pudessem igualmente estender-se à produção e/ou comércio de produtos piscícolas das costas meridionais. Aliás, os testemunhos do culto de Mitra apontados parecem exatamente indiciar uma difusão do seu culto entre o litoral conventual pacense – baixo-relevo mitraico de Troia – e a capital, na qual se centralizariam os interesses dos agentes económicos regionalmente representados. Não conhecemos a identidade destes Brácaros reunidos no *sodalitium*, com exceção do *magister Messius Artemidorus*, de estatuto libertino, cuja relação com o dinamismo económico intuído é plenamente aceitável.

6. Notas finais

Apesar de ser exíguo o lote documental apresentado, foi notório, ao longo das linhas anteriores, que dele ressaltam algumas ideias de particular interesse para a investigação referente ao mote desta abordagem que importa sintetizar em jeito conclusivo.

Em primeiro lugar, no que à presença de *Bracari* na Lusitânia respeita, poderão, à partida, atribuir-se razões diversas, estando as económicas à cabeça, tanto pela ligação ao comércio e eventual produção de derivados piscícolas, conforme se

equacionou para o reconhecimento do *sodalitium Bracarorum* na capital do *conuentus* meridional da Lusitânia, como à exploração mineira, pelo menos, olhando também à deslocação do indivíduo de estatuto peregrino entre os *Aranditani*. Relativamente à deslocação do outro indígena livre documentado na inscrição de Santa Maria da Feira, apesar da imediata proximidade ao território brácario, poderá ter igualmente existido esta última motivação, olhando às minas de Cabranca e do Portal, em Gondomar, no NE do território túrdulo, mesmo que se percecionem de exploração estatal.

A revisão da epiclese desta última inscrição, *deo Tueraco*, permitiu colocá-la em paralelo com outra do mesmo lugar dedicada *Bande Velugo Toiraeco*, integrando-a indubitavelmente nos registos da deidade indígena *Bandue/Bandi*, bem documentada na Lusitânia, ao mesmo tempo que se reviu a fórmula dedicatória, contribuindo-se, deste modo, para a imprescindível depuração do dossiê da teonímia provincial e o entendimento mais ajustado das manifestações de religiosidade indígena.

A inscrição pacense permite, hoje, com mais segurança, pensar na existência de um espaço de culto mitraico na cidade, por certo associado às instalações do *sodalitium* de Brácaros e por ele custeado. A revisão do texto desta mesma epígrafe consente igualmente algum avanço na confirmação de aspetos rituais que se vêm documentando em *mithraea* objeto de escavação arqueológica, designadamente relacionados com o banquete ritual e a polissensorialidade, tendo em conta as ofertas de uma cratera e de um incensário realizadas pelo *magister* do *sodalitium*, o liberto *Messius M. l. Artemidorus*.

Não é seguro que tenham sido os Brácaros os responsáveis pela introdução do culto na capital. Possivelmente não o foram, até porque o culto de *Mithra* não está, até agora, incontestavelmente documentado no *conuentus Bracarum* (Alvar 2019; Bricault e Roy 2021), mas alguns membros da comunidade instalada a sul podem

ter aderido ao culto e catalisado a criação de um espaço próprio, para usufruição privada, o que nos leva a concordar com Alvar (2002: 207; 2019: 128) ao intuir que este fenómeno não terá tido uma implantação generalizada em *Pax* e com Encarnação (2016: 353) quando liga este tipo de cultos aos *lobbies* que controlam os negócios.

Fontes Antigas:

- BEJARANO, V., ed. (1987) *Hispania Antigua, según Pomponio Mela, Plinio el Viejo y Claudio Ptolomeu*. Barcelona: Instituto de Arqueología y Prehistoria (Fontes Hispaniae Antiquae; 7).
- CUNTZ, O., ed. (1929) *Itineraria Antonini Augusti et Burdigalense*. Leipzig: G. B. Teubner (Itineraria Romana; 1).
- FORSTER, E. S., ed. and. trans. (1929) *Florus: Epitome of Roman History*. Cambridge, MA: Harvard University Press (Loeb Classical Library; 231).
- MOMMSEN, T.; KRUEGER, P.; WATSON, A., ed. (1985) *The Digest of Justinian*. Philadelphia, Pa: University of Pennsylvania Press.
- RICHARDSON, J. S., ed. and. trans. (2000) *Appian: War of the Romans in Iberia*. Warminster: Liverpool University Press (Aris & Phillips Classical Texts).
- RACKHAM, H.; JONES, W. H. S.; EICHHOLZ, D. E., ed. and. trans. (1938–1962) *Pliny: Natural History*. Cambridge, MA: Harvard University Press (Loeb Classical Library; 330, 352, 353, 370, 371, 392, 393, 394, 418 e 419). 10 vols.
- YARDLEY J. C., ed. and. trans. (2021) *Livy: History of Rome, Volume VIII: Books 28–30*. Cambridge, MA: Harvard University Press (Loeb Classical Library; 381).

Abreviaturas

- AE* = *L'Année Épigraphique*. Paris: CNRS; Université de Paris I.
- CIL* = ALEMANHA. DEUTSCHE AKADEMIE DER WISSENSCHAFTEN ZU BERLIN (1863–).
- CIL* II = HÜBNER, E. (1869 e 1892).
- CILCC* III = ESTEBAN ORTEGA, J. (2013).
- CIMRM* = VERMASEREN, M. J. (1960).

- CECBpo* = REDENTOR (2017), vol. II.
- FE* = *Ficheiro epigráfico*. Coimbra: Universidade.
- HAE* = *Hispania Antiqua Epigraphica: suplemento anual de Archivo Español de Arqueología*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- HEp* = *Hispania Epigraphica*. Madrid: Archivo Epigráfico de Hispania, Universidad Complutense.
- ILER* = VIVES, J. (1971–1972).
- IRCP* = ENCARNACÃO, J. d' (1984).
- RAP* = GARCIA, J. M. (1991).
- TitAq-01* = KOVÁCS, P.; SZABÓ, Á. (2009).

Bibliografia:

- ABASCAL PALAZÓN, J. M. (1994) *Los nombres personales en las inscripciones latinas de Hispania*. Murcia; [Madrid]: Universidad, Secretariado de Publicaciones; Universidad Complutense (Anejos de Antigüedad y Cristianismo; 2).
- ALARCÃO, J. (1985) Sobre a romanização do Alentejo e do Algarve: a propósito de uma obra de José d'Encarnação. *Arqueologia*. Porto. 11, 99–111.
- ALARCÃO, J. (1988) *O domínio romano em Portugal*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- ALARCÃO, J. (1992) A evolução da cultura castreja. *Conimbriga*. Coimbra. 31, p. 39–71.
- ALARCÃO, J. (2004) Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia: II. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7:2, 193–216.
- ALARCÃO, J. (2018) *A Lusitânia e a Galécia: do séc. II a. C. ao séc. VI d. C.* Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- ALVAR EZQUERRA, J. (1994) Integración social de esclavos y dependientes en la península ibérica a través de los cultos místicos. In ANNEQUIN, J.; GARRIDO-HORY, M., ed. *Religion et anthropologie de l'esclavage et des formes de dépendance*. Paris: Belles

- Lettres (Annales Littéraires de l'Université de Besançon; 534), 275-293.
- ALVAR EZQUERRA, J. (2002) Cultos orientais e mistéricos na província da Lusitânia. In RIBEIRO, J. C., coord. *Religiões da Lusitânia: loquuntur saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 205-210.
- ALVAR EZQUERRA, J. (2019) *El culto de Mitra en Hispania*. Madrid; Besançon: Dykinson; Presses Universitaires de Franche Comté.
- BERNARDES, J. P. (2006) A propósito da localização de *Aranni/Arandis*. *Conimbriga*. Coimbra. 45, 153-164.
- BERNARDES, J. P. (2017) Augusto e a (re)-organização administrativa do Sul da Lusitânia. *Gerión*. 35, Nº Esp., 399-415.
- BRICAULT, L.; ROY, Ph. (2021) *Les cultes de Mithra dans l'Empire romain*. Toulouse: Presses Universitaires du Midi.
- BÚA, C. (2004) Tres cuestiones relacionadas con toponimia antiga en *-bris*, moderna *-bre**. In Boullón A. I., ed. *Noui te ex nomine: estudos filológicos ofrecidos ao Prof. Dr. Dieter Kremer*. La Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza, 382-399.
- CASTILLO, Carmen (1988) Reseña a D'ENCARNAÇÃO, J.: "Inscrições romanas do *Conuentus Pacensis*". Coimbra, Instituto da Faculdade de Letras, 1984, dos vols., 941 pp. + VIII láms. *Emerita*. Madrid. 56, 132-134.
- DIAS, M. A. (1981) Os cultos orientais em *Pax Iulia*, Lusitania. *Memorias de Historia Antigua*. Oviedo. 5, 33-40.
- DIOSONO, F. (2007) *Collegia: le associazioni professionali nel mondo romano*. Roma: Edizioni Quasar.
- EDMONDSON, J. (1984) Mithras at Pax Iulia: a re-examination. *Conimbriga*. Coimbra. 23, 69-86.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1975) *Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal: subsídios para o seu estudo*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1984) *Inscrições romanas do conuentus Pacensis: subsídios para o estudo da romanização*. Coimbra: [Universidade], Faculdade de Letras, Instituto de Arqueologia (Tese de doutoramento em Pré-história e Arqueologia, Universidade de Coimbra) (= *IRCP*).
- ENCARNAÇÃO, J. d' (2016) As transformações nas cidades do poder à luz da epigrafia na Lusitânia. *Revista de Historiografia*. Madrid. 25, 343-354.
- ENCARNAÇÃO, J. d'; FARJAS ABADÍA, M.; GONZÁLEZ HERRERO, M. e GUTIÉRREZ ALONSO, A. (2018) Digitalização de documentos epigráficos: em busca de um deus e de uma oferenda (*IRCP* 339). *Antrope*. Tomar. 9, 20-34.
- ESTEBAN ORTEGA, J. (2013) *Corpus de inscripciones latinas de Cáceres, III: Cápera*. Cáceres: Universidad de Extremadura.
- FRANCISCO CASADO, M. A. (1989) *El culto a Mithra en Hispania: catálogo de monumentos esculpidos e inscripciones*. Granada: Universidad.
- GARCIA, J. M. (1991) *Religiões antigas de Portugal: aditamentos e observações às Religiões da Lusitânia de J. Leite de Vasconcelos: fontes epigráficas*. [Lisboa]: Imprensa Nacional-Casa da Moeda (Temas portugueses) (= *RAP*).
- GOMES, R. V. GOMES, M. V. (1984) Uma estela epigrafada da Herdade dos Franciscos. *Conimbriga*. Coimbra. 23, 43-54.
- GONÇALVES, L. J. R. (2007). *Escultura romana em Portugal: uma arte do quotidiano*. Mérida: Museu Nacional de Arte Romano (Studia Lusitana; 2). 2 Volumes.
- GUERRA, A. (1998) *Nomes pré-romanos de povos e lugares do Ocidente peninsular*. Lisboa: [s. n.] (Tese de Doutoramento em História Clássica, Universidade de Lisboa).
- GUERRA, A.; FABIÃO, C. (2010) Mesas do Castelinho, Almodôvar, um exemplo de urbanismo falhado. In GORGES, J.-G.; NOGALES BASARRATE, T. (eds.) *VII Table Ronde International sur la Lusitanie*

- Romaine: naissance de la Lusitanie Romaine (I av.-I ap. J.C.)*. Toulouse: Mérida: Université de Toulouse; Museu de Arte Romano, 460-488.
- CLAUSS, M. (2013) Mithras und Christus. In HATTLER, C., ed. (2013) *Imperium der Götter: Isis, Mithras, Christus, Kulte und Religionen im Römischen Reich*. Karlsruhe; Darmstadt: Badisches Landesmuseum; Theiss, 243-265.
- HERMANSEN, G. (1982) The Stuppatores and Their Guild in Ostia. *American Journal of Archaeology*. Boston. 86:1, 121-126.
- HÜBNER, E. (1869) *Inscriptiones Hispaniae Latinae*. Berolini: apud Georgium Reimerum (*Corpus Inscriptionum Latinarum*; 2) (= CIL II).
- HÜBNER, E. (1892) *Inscriptiones Hispaniae Latinae: Supplementum*. Berolini: apud Georgium Reimerum (*Corpus Inscriptionum Latinarum*; 2) (= CIL II).
- KOVÁCS, P.; SZABÓ, Á. (2009) *Tituli Aquincenses, volumen I: Tituli operum publicorum et honorarii et sacri*. Budapest: Pytheas.
- LAMBRINO, S. (1953) Les divinités orientales en Lusitanie et le Sanctuaire de Panoias. *Bulletin des Études Portugaises et de l'Institut Français du Portugal*. Lisboa. 17, 93-129.
- LEMO, F. S.; CRUZ, G. C. (2007) *Citânia de Briteiros: povoado proto-histórico*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.
- LIMÃO, F. (2024) Mithras em Tróia (Grândola, Portugal): o baixo-relevo romano em mármore com a representação do banquete dos deuses Mithras e Helios. In BERNARDES, J. P.; NOGALES-BASARRATE, T.; GONÇALVES, L. J.; LOPES, V.; LOPES, M., eds. *Escultura Romana na Hispânia: Atas do X Encontro Internacional de Escultura Romana na Hispânia, realizado em Faro e Mértola de 27 a 29 de outubro de 2022*. Faro: Universidade do Algarve; CEAACP, 379-410
- LÓPEZ BARJA DE QUIROGA, P. (1999) El censo provincial, los *populi* y los *castella* de Gallaecia. *Gallaecia*. Santiago de Compostela. 18, 347-362.
- MAIA, M. G. P. (2000) *Carta arqueológica da Freguesia de Cachopo*. Tavira: Campo Arqueológico de Tavira.
- MARTINS, C. M. B. (2008) *A exploração mineira romana e a metalurgia do ouro em Portugal*. Braga: Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.
- MORAIS, R. (2005) *Autarcia e comércio em Bracara Augusta*. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho; Núcleo de Arqueologia da Universidade do Minho (*Bracara Augusta*. Escavações arqueológicas; 2).
- PEDRERO, Rosa (2001) - Los epítetos del teónimo occidental *Bandue/i*. In VILLAR, F.; FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, M. P., eds. *Religión, lengua y cultura prerromanas de Hispania: VIII Coloquio de lenguas y culturas paleohispánicas (1999)*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca (*Acta Salmanticensia*. Estudios Filológicos; 283), 541-560.
- PONTE, T. R. N. (2012) *Em torno às ocupações antigas de Garvão*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Dissertação de Mestrado apresentada à FLUP).
- REDENTOR, A. (2010) Aproximação a um esboço social da área mineira romana da serra da Padrela (Tresminas e Campo de Jales). In MARTINS, C. M. B., coord. *Mineração e povoamento na Antiguidade no Alto Trás-os-Montes Ocidental*. Porto: CITCEM, cap. 8, p. 121-162.
- REDENTOR, A. (2017) *A cultura epigráfica no conuentus Bracaraugustanus (pars occidentalis): percursos pela sociedade brácara da época romana*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. 2 vols.
- RIU, J. (2013) Professional collegia. In ERDKAMP, P., ed. *The Cambridge Companion to Ancient Rome*. Cambridge: Cambridge University Press, 352-368.

- RODRÍGUEZ COLMENERO, A. (2000c) Bracara Augusta en los inicios de su andadura histórica: cuatro puntualizaciones, entre otras posibles. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 110, p. 89-118.
- SILVA, A. C. F. (1986) *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.
- SILVA, A. M. (2023) Sobre os *Callaeci* e o seu epónimo: algumas considerações. *Conimbriga*. Coimbra. 62, 19-48.
- SOUTER, A. (1949) *A Glossary of Later Latin to 600 A. D.* Oxford: Oxford at the Clarendon Press.
- UNTERMANN, J. (1985) Los teónimos de la región lusitano-gallega como fuente de las lenguas indígenas. In HOZ, J., ed. *Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas (Lisboa, 5-8 noviembre 1980)*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca (*Acta Salmanticensia*. Filosofía y Letras; 162), p. 343-363.
- VALLEJO RUIZ, J. M. (2005) *Antroponimia indígena de la Lusitania romana*. Vitoria-Gasteiz: Servicio editorial, Universidad del País Vasco (Anejos de Veleia. Series minor; 23).
- VASCONCELLOS, J. L. (1913) *Religiões da Lusitânia: na parte que principalmente se refere a Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional. Vol. 3.
- VERBOVEN, K. (2012) Les colleges et la romanisation dans les provinces occidentales. In DONDINPAYRE, M.; TRAN, N. *Collegia: le phénomène associatif dans l'Occident romain*. Bordeaux: Ausonius, 13-62.
- VERMASEREN, M. J. (1960) [1956] *Corpus Inscriptionum et Monumentorum Religionis Mithriacae*. 2 vols. The Hague: Martinus Nijhoff (= *CIMRM*).
- VIVES, J. (1971-1972) Inscripciones latinas de la España romana: antología de 6.800 textos. Barcelona: Universidad [etc.]. 2 vols. (= *ILER*).
- VIANA, A. (1944) Museu Regional de Beja: secção lapidar. *Arquivo de Beja*. Beja. Série 1. 1:4, 349-364.
- WALTZING, J. P. (1900) *Étude historique sur les corporations professionnelles chez les Romains, depuis les origines jusqu'à la chute de l'Empire d'Occident: IV*. Louvain: Charles Peeters.